

International Test Commission (ITC)

ITC Statement on the use of tests and other instruments for Research Purpose

Declaração do ITC no uso de testes e outros instrumentos de avaliação para fins de investigação científica

Equipe de tradução

Dra. Solange Muglia Wechsler- Pontificia Universidade Catolica de Campinas

Gabriela Fabbro Spadari - Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Ingrid Comparini - Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Janete Tonete Suárez – Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Karina Nalevaiko Rocha - Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Marcia Calixto dos Santos – Doutoranda de Pós-Graduação em Psicologia

Maristela Volpe dos Santos – Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Rauni Jandé Roama Alves - Doutorando de Pós-Graduação em Psicologia

Talita Fernanda da Silva - Doutoranda de Pós-Graduação em Psicologia

10 April 2014, v1.2 Versão final. Referência documento: ITC-S-TU-20140410

The contents of this document are copyrighted by the International Test Commission

(ITC) © 2014. All rights reserved.

Agradecimentos

Este documento é resultado da iniciativa da Dra. Fanny Cheung e foi organizado para o ITC pelos Drs. Dragos Iliescu e Dave Bartram.

Os autores agradecem pelo apoio de um grupo de colegas e destacam os professores Tom Oakland e Anna Brown, que deram uma valiosa contribuição para o desenvolvimento do documento.

O agradecimentos se estendem também aos esforços, comentários e sugestões oportunas de inúmeros membros do Comitê que contribuíram na fase de revisão deste documento: Dusica Boben (em nome do Comitê de Testes e Testagem da Associação Psicológica Eslovena), Odeta Geleželytė (Associação Psicológica Lituana), Andreas Høstmaelingen (em nome do Conselho de Testes e Testagem da Associação Psicológica da Noruega), Pat Lindley, Peter Macqueen (em nome dos Testes e Testagem da Sociedade Psicológica Australiana), Krunoslav Matešić, Richard Smith (em nome da Sociedade Psicológica Britânica), Susana Urbina e Hazel Wheldon.

Os parâmetros que regem este documento provêm de distintas fontes acadêmicas. Eles incluem, embora não se limitem aos "Princípios para o uso de testes psicológicos publicados em pesquisa", emitidos pela Sociedade Britânica de Psicologia (2005) e a "Declaração sobre o uso seguro de testes psicológicos na formação de alunos de psicologia de graduação e pós-graduação" emitido pelo Comitê de Testes Psicológicos e Avaliação da Associação Americana de Psicologia (1994).

Introdução

Testes e outros instrumentos de avaliação (por exemplo, medidas de habilidade e aptidão, exercícios de simulação para empregos, amostras de trabalho, guias de entrevistas) geralmente são desenvolvidos para o uso em pesquisa assim como para a prática profissional (por exemplo, no trabalho, organização, clínica ou educação). O propósito dos testes usados em pesquisa difere basicamente de seu uso em práticas institucionais e profissionais. Por exemplo, em atividades relacionadas à pesquisa, os dados dos testes são usados especificamente para avaliar fenômenos (por exemplo, as características dos testes ou as relações entre os resultados dos testes e de uma variável sobre a outra) com o objetivo de avançar o conhecimento científico, sua compreensão e utilização. Em contraste, em práticas institucionais e clínicas, os dados dos testes são usados especificamente para avaliação e tomada de decisões que podem impactar os indivíduos a quem os testes são aplicados.

As normas jurídicas e profissionais que orientam o uso de testes em práticas clínicas e institucionais procedem de diversas fontes (AERA, APA & NCME, 1999; APA, 2010). No entanto, normas similares que orientam o uso de testes em pesquisa são menos comuns, apesar de ser também necessárias .

Este documento pretende promover a convicção de que o uso de teste em pesquisa deve respeitar princípios legais e éticos, bem como padrões de melhores práticas. Devem ser utilizados por profissionais competentes que foquem sua atenção no direito dos indivíduos nos quais os testes são aplicados e às outras partes envolvidas no processo de testagem. Questões discutidas neste documento enfatizam tais considerações.

Este documento descreve *testes* como procedimentos ou métodos que investigam ou determinam a presença de um fator ou fenômeno que compreende um conjunto de itens padronizados (por exemplo, questões, estímulos ou tarefas) que são corrigidos de uma maneira padronizada e usados para investigar e eventualmente avaliar diferenças individuais (por exemplo, habilidades, competências, temperamentos, atitudes e emoções) (Anastasi & Urbina, 1997; American Psychological Association, 2006; Cronbach, 1990). Esta definição inclui testes psicológicos e educacionais em todas as formas de desdobramento (por exemplo, livretos para resposta em papel com lápis, testes computadorizados *online*, amostras de trabalho, jogos interativos. Duas formas de testes são descritas: os que possuem direitos autorais, portanto, de domínio privado bem como os que não possuem direitos autorais, portanto, de domínio público. Muitos dos princípios discutidos a seguir se aplicam à ambas as formas.

Declaração

Pessoas comprometidas com a utilização de testes com o propósito de pesquisa deveriam considerar várias questões que são comunicadas por padrões legais, éticos e de melhores práticas.

1. Permissão para o uso de testes em pesquisa

As responsabilidades de um pesquisador diferem quanto aos testes que são ou não protegidos por direitos autorais. Os que são protegidos por direitos autorais apresentam restrições impostas por aqueles que detêm os direitos autorais ou que pode usar os materiais ou instrumentos. Para os testes mais recentes, comumente chamados de testes de livre acesso), o detentor dos direitos autorais concede livre acesso a eles.

Os testes são normalmente desenvolvidos por um ou mais pesquisadores, por agências públicas ou privadas ou ainda por empresas especializadas no desenvolvimento de testes. Por vezes, os testes são desenvolvidos também especificamente para um programa de pesquisa. Uma vez desenvolvidos, o autor automaticamente detém a propriedade dos direitos autorais, ou seja, sua proteção legal. O direito autoral protege o título do teste, os itens, a estrutura, os manuais, as tabelas de pontuação e instrução e, por vezes, outros equipamentos e componentes. Informações sobre quem detém o direito autoral normalmente são encontradas na primeira página do manual do teste, nos formulários ou nas páginas (website) do teste.

O construtor do teste, seu autor ou autores, detém os direitos autorais a menos que os transfira por meio de um acordo escrito para outra pessoa ou entidade (por exemplo, editoras que publicam testes). Os autores de testes, cujas publicações em revistas incluam a totalidade do instrumento (uma ocorrência rara) ou itens do teste, renunciam aos direitos autorais destes materiais à revista a não ser que um acordo por escrito estipule que o autor mantém sua propriedade. Agências (por exemplo, editoras de testes, agências de certificação, empresas de consultoria) geralmente, mas nem sempre, detêm os direitos autorais e podem decidir se mantém estes direitos ou se contratam outras pessoas para divulgar os testes. Empresas de desenvolvimento de testes retêm os direitos autorais dos testes que desenvolvem.

Profissionais responsáveis por conduzir ou supervisionar pesquisas que utilizam testes devem obter permissão dos detentores dos direitos autorais antes de fazer uso deles. Esta prerrogativa é válida tanto para os testes originais quanto qualquer trabalho que derive deles (por exemplo, a versão traduzida de um teste). Alguns proprietários de direitos autorais (por exemplo, especialistas) podem conceder permissão sem custos ou requerer alguma forma de cobrança para o uso do teste em pesquisa. Outros proprietários de direito autoral (por exemplo, autores ou editores de testes) normalmente estabelecem um acordo contratual com o pesquisador que define

os termos (por exemplo, o uso do teste por um período limitado e por um número limitado de aplicações) e condições (por exemplo, fornecer ao proprietário do direito autoral uma cópia de todas as publicações nas quais dados referente às suas produções são relatados) para o uso de seus testes em pesquisa. O pesquisador deve garantir que o acordo contratual não comprometa as regras de privacidade dos dados, outras leis, bem como as normas impostas pelas agências. O pesquisador deve respeitar o acordo contratual.

O detentor dos direitos autorais tem o direito de recusar a permissão para o uso livre de um teste para pesquisa. Este direito se aplica tanto para as versões originais quanto para as solicitações de traduções. Os proprietários de direitos autorais também podem recusar permissão para pesquisa que gera trabalhos derivados do teste (como traduções). O detentor dos direitos autorais não deveria estar em posição de determinar a natureza da pesquisa feita com suas medidas.

Alguns testes estão no domínio público. Por conseguinte, todos têm acesso livre a eles. O trabalho de um autor está sob o domínio público se o autor ou outro detentor dos direitos autorais tiver explicitamente renunciado aos seus direitos de proteção autoral. Testes de domínio público podem ser utilizados por qualquer pessoa e são considerados propriedades comunitárias e podem ser utilizados sem a permissão do autor. Neste caso, os materiais dos testes podem ser reproduzidos, distribuídos, exibidos publicamente ou transformados em atividades derivadas. Pesquisadores não precisam obter permissão para o uso de testes que não possuem direito autoral. No entanto, a boa prática dita que os pesquisadores deveriam informar aos autores dos testes, quando possível, o seu uso e creditar aos autores e às fontes de publicação seus resultados

Versões de pesquisas recentes derivadas de instrumentos são frequentemente publicadas em revistas ou em web sites dos autores. Quando publicadas em mídias de acesso aberto os testes podem dar a impressão de estar no âmbito do domínio público. No entanto, por regra geral, o autor é o detentor do direito autoral a menos que ou até que ele ou ela atribua aquele direito autoral à outra entidade, ou dê permissão explícita para acesso livre e aberto. Autores de testes deveriam incluir uma declaração explícita sobre o uso livre ou as condições de uso para outros pesquisadores. É recomendável aos pesquisadores consultar o autor quando não estão seguros do *status* de direito autoral do teste.

2. Permissão para impressão e reimpressão

Trabalhos com direito autoral não devem ser reproduzidos, distribuídos, exibidos publicamente ou transformados em outros trabalhos decorrentes destes, sem a permissão do

detentor do direito autoral A segurança do teste deve ser garantida. Os itens dos testes não devem ser impressos em publicações, uma vez que isso os tornaria disponíveis para usuários não autorizados e colocaria em risco sua segurança. Por exemplo, a impressão do teste original bem como qualquer versão adaptada ou traduzida dela ou de seus itens em uma publicações (por exemplo, artigo de revistas, dissertações ou sites da *web*) é proibida.

Ao relatarem seus resultados, pode ser requisitado aos pesquisadores que eles forneçam itens do teste que exemplifiquem as qualidades avaliadas. Quando os autores fizerem uso de testes de domínio público, podem fornecer itens para exemplificação e citar suas fontes. Diante de testes com direito autoral protegido, deve ser obtido permissão do proprietário dos direitos autorais para reproduzir um número limitado de itens pontuados ou não pontuados (geralmente um ou dois por escala). Como alternativa, pesquisadores podem desenvolver itens que caracterizem as qualidades dos itens do teste original, mas que na verdade não os reproduzem e, portanto, não violam seus direitos autorais.

3. Modificação do teste ou de seus componentes

Quando o pesquisador usar testes que são protegidos por direitos autorais, a menos que sejam autorizados, não devem modificar nenhum de seus componentes pois colocaria em risco a integridade do instrumento, violaria os direitos autorais e seria ilegal.

Existem diferentes normas para a utilização de testes de domínio público, de acesso aberto. Ao utilizá-los, pesquisadores podem modificá-los adicionando ou excluindo itens, bem como alterar a sua escrita ou ordem, instruções de aplicação do teste, tabelas de correção a fim de torná-los mais adequados aos propósitos do estudo, às populações que responderão ou condições contextuais. Essas versões modificadas dos testes são consideradas atividades derivadas e permitidas para testes de domínio público. Por exemplo, uma adaptação de um teste de domínio público para o uso em outra cultura que aquela diferente daquela para a qual foi originalmente desenvolvido pode demandar uma tradução, exclusão, reescrita, acréscimo de itens e mudanças nas instruções e no dimensionamento dos itens.

Pesquisadores podem fazer mudanças similares em testes protegidos por direitos autorais somente com a permissão escrita e expressa dos proprietários do direito autoral. Qualquer modificação da forma original do teste deve ser documentada, como destacado no item (5) abaixo. Refere-se às diretrizes do Guia do ITC para Adaptação de Teste (ITC, 2010).

4. Uso ético de testes

A ética para os uso de teste em pesquisa é normalmente coerente com o seu uso em contextos profissionais. Por isso, espera-se que os profissionais engajados em pesquisa ajam de maneira profissional e ética, demonstrem competência no uso de testes, sejam responsáveis no momento de sua utilização, garantam a segurança dos materiais e assegurem que os resultados sejam tratados confidencialmente.

Usuários de testes deveriam observar suas atribuições éticas. Tais obrigações incluem a necessidade de obter consentimento informado ou aprovação, defender a segurança dos instrumentos utilizados e garantir a privacidade dos dados pessoais. Um documento fornecido aos participantes da pesquisa deveria informá-los sobre os procedimentos, incluindo se os participantes receberão um resumo dos dados de forma personalizada ou em grupo. A obrigação de oferecer um *feedback* aos participantes da pesquisa sobre seus resultados pode ser impraticável ou irrealizável e, por isso, pode não ser garantida. No entanto, quando possível, os pesquisadores devem se esforçar para oferecer um retorno como uma condição para o estudo da pesquisa. Pesquisadores também devem seguir os princípios éticos e legais da região ou país em que a sua pesquisa está sendo conduzida e demonstrar sensibilidade às importantes condições culturais.

À pessoa a quem foi dada a permissão para o uso do teste em pesquisas deve ser qualificada para usá-lo ou deve ser supervisionada por um profissional qualificado (por exemplo, um colega, um professor ou um orientador). A responsabilidade do profissional qualificado se estende ao processo de testagem mais amplo, incluindo a coleta, a codificação, a análise, o relato e a aplicação dos dados em suas várias formas.

5. Documentação

A pesquisa científica requer documentação apropriada. A documentação permite a comunidade científica avaliar a qualidade e os resultados da pesquisa e facilita sua replicação. Assim, o uso de métodos de pesquisa, incluindo o uso de testes, deve ser documentado na seção de métodos de todos os relatórios de pesquisa. A documentação deve fazer menção ao nome do teste, a edição e a data de publicação do instrumento original ou adaptado. Adicionalmente, se for apropriado, o pesquisador deveria documentar se a permissão para o uso do teste foi fornecida pelo detentor dos direitos autorais, incluindo as cláusulas que podem ter sido instituídas no documento de autorização emitido por ele.

Pesquisadores que traduzem ou adaptam um teste deveriam declarar a maneira como estas modificações foram feitas e fornecer evidências de validade e equivalência das formas traduzidas ou adaptadas (ITC, 2010).

Pesquisadores que desenvolvem uma nova medida deveriam fornecer, no mínimo, informações sobre a mesma: a base teórica e o propósito do teste, a maneira como os itens iniciais foram selecionados e depois analisados, o número de itens por domínio e pelo menos um exemplo de cada domínio, métodos de escalonamento usados, juntamente com informações sobre evidências de validade e medidas de precisão (por exemplo, grau de confiança ou outros indicadores de medidas de precisão, dependendo do modelo de medida do teste). Todas as publicações que utilizam dados de testes recentemente desenvolvidos deveriam indicar se o pesquisador oferece a possibilidade do envio de cópias das medidas a outros pesquisadores.

6. Conflitos de interesse

Os pesquisadores deveriam reconhecer a fonte de recursos, se houver, usados para o desenvolvimento do teste ou para outra pesquisa. Pesquisas financiadas por agências externas podem ter um interesse investido em seus resultados (por exemplo, uma agência do governo que está promulgando uma nova política ou diretriz, ou ainda uma empresa de testes que tem a propriedade dos direitos autorais do teste que patrocina a pesquisa). Pesquisadores deveriam estar cientes sobre tais situações e manter sua dedicação para a objetividade e imparcialidade. Pesquisadores deveriam também declarar relações que possam sugerir conflitos de interesse (por exemplo, pesquisadores que recebem compensação por testes que são usados em pesquisa ou que sejam empregados por um editor de testes).

7. Divulgação de edições de pesquisa na prática profissional

Na prática profissional (por exemplo, organizacional, clínica, educacional e outros contextos) onde os testes são utilizados para avaliar uma característica ou oferecer uma classificação, os testes precisam ser confiáveis e válidos no nível individual, de forma a garantir uma estimativa correta da característica alvo ou uma classificação correta do mesmo. Em contextos de pesquisa, os testes não precisam sempre satisfazer a confiabilidade para avaliação individual ou critérios de validação.

Há inúmeras razões para flexibilização em relação aos critérios técnicos para uso de testes em pesquisa. Primeiro, testes podem ser desenvolvidos e usados para testar hipóteses inovadoras e construtos de estudo que não tenham sido estudados suficientemente a fim de garantir a obtenção

de modelos de medidas robustas. Segundo, testes usados em contextos de pesquisa podem não ser padronizados e ter suas estatísticas populacionais e as propriedades psicométricas não conhecidas antes da investigação. Terceiro, os dados do teste podem ser usados em um nível agregado ou nível grupal e não usados para definir conclusões sobre indivíduos em quem os testes foram aplicados.

Versões de pesquisa de testes são por vezes estendidas para uso na prática profissional sem um reconhecimento de suas limitações. O autor do teste tem a responsabilidade de não permitir a o uso extensivo de instrumentos de pesquisa para uso profissional antes que informações suficientes sobre suas propriedades psicométricas tenham sido publicadas.

Referências

American Educational Research Association [AERA], American Psychological Association [APA] & National Council on Measurement in Education [NCME] (1999). Standards for Educational and Psychological Testing. Washington, DC: AERA.

American Psychological Association (2006). APA Dictionary of Psychology. Washington, D.C.: APA.

American Psychological Association (2010). Ethical Principles for Psychologists and Code of Conduct. Washington, D.C.: APA.

Anastasi, A., & Urbina, S. (1997). Psychological Testing (7th. ed.). Upper Saddle, NJ: Prentice Hall.

Cronbach, L. J. (1990). Essentials of Psychological Testing (5th ed.). New York: Harper Collins.

International Test Commission (2010). Guidelines for Translating and Adapting Tests. Retrieved from <http://www.intestcom.org>.